

# Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Chefe da Receita adota como 'diretriz' transação que dá desconto a devedor** .....2

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Defasagem pune quem ganha menos** ..... 4

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Receita Federal alerta para golpes aplicados via internet** .....6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Economia descarta unificação de tributos para indústria** .....7

O POPULAR - GO - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

**O que esperar da reforma tributária (Artigo)** ..... 8

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Eduardo Bismarck propõe pagamento do seguro-desemprego para trabalhadores do limbo previdenciário** .....9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Gasolina pode cair R\$ 0,15 nos postos a partir desta quarta-feira** .....10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Debate com presidencialistas** .....12

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

**Candidato à Presidência poderá gastar R\$ 88,9 mi** .....13

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO BRASIL  
ECONOMIA

**Mercado financeiro prevê inflação de 7,54% em 2022** .....14

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Ibovespa registra a terceira alta seguida** .....16

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Inflação acumulada desde o Plano Real chega a 653%** .....18

O DIA - TERESINA - PI - EM DIA  
ECONOMIA

**Índice de inadimplência no país é recorde (Artigo)** ..... 19

# Chefe da Receita adota como 'diretriz' transação que dá desconto a devedor

**Idiana Tomazelli**

Em uma queda de braço com a área jurídica do governo, a **Receita Federal** ganhou autorização para negociar, diretamente com seus devedores, a quitação de até R\$ 1,3 trilhão em débitos tributários mediante descontos e parcelamentos, contrariando posição histórica do órgão.

Representantes do Fisco sempre resistiram a programas de refinanciamento de dívidas por considerarem que eles premiavam maus pagadores e estimulavam a inadimplência dos contribuintes, prejudicando a arrecadação corrente.

No entanto, o aval para a Receita realizar a chamada transação tributária "passou a ser uma diretriz" do secretário especial da **Receita Federal**, Julio Cesar Vieira Gomes, segundo o órgão informou à Folha.

"Por se tratar de um meio alternativo para solucionar as dívidas tributárias, amplamente adotado, a transação passou a ser uma diretriz pelo atual Secretário Especial da **Receita Federal**", diz.

A reportagem apurou que técnicos seguem críticos ao modelo, considerado um "escárnio" com contribuintes que pagaram seus **tributos** em dia ou tiveram de negociar sob condições menos benevolentes. Eles também citam o risco de a medida enfraquecer o poder de cobrança do Fisco.

Durante a tramitação do projeto, o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, questionou internamente o fato de a Receita, antes refratária aos programas de Refis, agora ter interesse na transação tributária.

A lei foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em junho deste ano, após o texto ser aprovado pelo Congresso em articulações conduzidas pessoalmente por Gomes. O secretário especial foi a campo, junto com membros do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**), para assegurar a inclusão da proposta na MP (Medida Provisória) que concede descontos a estudantes do Fies.

Gomes queria poder amplo para conduzir transações de qualquer valor em fase de cobrança na Receita, o que resultaria em um montante ainda maior passível

de negociação. A proposta gerou forte reação dentro da Economia, e uma trava foi acertada: a transação só pode incluir débitos em contencioso administrativo, ou seja, que são alvo de algum litígio.

Antes da mudança, a transação tributária era uma atribuição exclusiva da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), órgão jurídico responsável pela gestão dos débitos inscritos na dívida ativa da União - contra os quais não cabe mais contestação administrativa.

O instrumento, criado em 2020, tem permitido negociações com descontos de até 50% da dívida, conforme a capacidade de pagamento do contribuinte. O restante é parcelado em até 84 prestações.

Agora, além de incluir os créditos em fase administrativa de cobrança, as benesses foram ampliadas, com desconto de até 65% do débito e pagamento do saldo em até 120 meses. Também foi incluída a possibilidade de quitar até 70% do valor remanescente com créditos de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa, o que reduz o montante efetivamente pago.

Relatos nos bastidores apontam uma disputa pelos recursos arrecadados como pano de fundo para o interesse da **Receita Federal** em figurar entre os órgãos habilitados a negociar.

Quando a PGFN conclui uma transação, metade dos encargos recolhidos é repassada ao fundo que banca os honorários de sucumbência, uma espécie de bônus pago a servidores da área jurídica do governo.

Entre 2019 e 2021, a média mensal dos honorários subiu de R\$ 6.016,18 para R\$ 8.339,77. Só no ano passado, R\$ 1,2 bilhão foram distribuídos a cerca de 12,3 mil servidores da área jurídica.

Parte do aumento se deve à maior arrecadação com os encargos, embora técnicos da área ressaltem que o principal fator de impulso vem dos honorários puros, recebidos no curso de outras ações judiciais.

Os servidores da **Receita Federal** também recebem um bônus de eficiência, mas ele ainda não foi regulamentado -por isso, segue como um valor fixo de R\$ 3.000 mensais para auditores e R\$ 1.800 para

analistas.

Em 2017, quando o bônus foi criado, a proposta era que ele fosse financiado com recursos do Fundaf, fundo que tem como uma das fontes as multas pagas por contribuintes ao Fisco. No entanto, essa previsão foi derrubada pelo Congresso, que temia fomentar uma espécie de indústria da multa.

Críticos apontam que a mudança na lei da transação tributária pode servir para turbinar o bônus dos auditores após sua regulamentação. Representantes do Sindifisco negam essa motivação. Já a Receita diz que as multas não compõem a base de cálculo do bônus, mas não respondeu se isso pode vir a ocorrer futuramente.

Procurada, a PGFN não se manifestou até a publicação deste texto.

A disputa de poder pela arrecadação também acabou afastando da versão final do texto dispositivos que buscavam simplificar as negociações para os devedores.

Segundo relatos, a Procuradoria queria incluir um prazo, após pactuada a transação com o órgão jurídico, para o contribuinte listar outros débitos em fase administrativa, que seriam então incluídos no valor a ser saldado. A Receita resistiu em abrir mão da cobrança. Como resultado, contribuintes que devem aos dois órgãos podem precisar abrir mais de um processo.

A inclusão da **Receita Federal** entre os negociadores da transação tributária ainda levantou questionamentos internos sobre a legalidade da medida.

Técnicos ressaltam, reservadamente, que a Constituição prevê expressamente que a AGU (Advocacia Geral da União), diretamente ou por meio de órgãos vinculados (como a PGFN), é a instituição que representa a União judicialmente e extrajudicialmente.

A mudança na lei acaba, na prática, reconhecendo o Fisco como um novo representante da União para a realização de acordos extrajudiciais.

Há ainda o temor de questionamentos envolvendo a classificação de risco dos devedores -uma espécie de nota que sinaliza a chance de o débito ser pago. A nova lei permite que tanto a **Receita Federal** quanto a PGFN tenham metodologias próprias, o que pode resultar em notas divergentes.

Em resposta à Folha, o Fisco informou que a proposta

é buscar uma "harmonização" com o sistema de classificação da Procuradoria.

O presidente do Sindifisco, Isac Falcão, avalia que a transação tributária só faz sentido quando aumenta as chances de recuperação dos valores devidos. "No Brasil, a transação não é acompanhada de instrumentos adicionais de enforcement [garantia de cumprimento da lei]", critica ele, citando a ausência de punição para quem não cumpre a obrigação firmada.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49978>**

# Defasagem pune quem ganha menos

A falta de correção da tabela do Imposto de Renda (IR) combinada com o aumento da **inflação** no Brasil tem gerado um aumento histórico da tributação sobre a população com menor poder aquisitivo. Essa é a conclusão tirada de um estudo feito pelo Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais da **Receita Federal**.

De acordo com uma simulação feita pela entidade, uma pessoa que recebe R\$ 5.000, após deduções, paga atualmente R\$ 505,64 de IR. Se toda a defasagem da tabela fosse corrigida, esse valor cairia para R\$ 24,73 - uma diferença de quase 2.000%.

Em caso de reajuste, apenas pessoas que ganham acima de R\$ 4.670,23 ficariam obrigadas a pagar IR. Isso significa que mais 12,75 milhões de brasileiros estariam isentos do pagamento, chegando a 23,84 milhões ao todo.

Hoje, a isenção é dada ao trabalhador que ganha até R\$ 1.903,98.

No topo da pirâmide, entre os contribuintes que ganham R\$ 100 mil ao mês, a diferença percentual entre corrigir ou não a tabela seria bem menor, de cerca de 5%. A diminuição do imposto pago seria dos atuais R\$ 26.630,64 para R\$ 25.352,85, segundo a simulação do Sindifisco.

"Não corrigir a tabela é uma forma de aumentar o imposto para essa numerosa parcela da população que, além de arcar com o IR, precisa também lidar com os **tributos** indiretos, que incidem sobre o consumo", disse o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão.

Histórico O levantamento feito pelos auditores da Receita mostra que a defasagem da tabela do IR chegou a 147,37%, considerando o período de 1996 - ano em que deixou de sofrer reajustes anuais - a junho deste ano. Antes, nos anos de **inflação** descontrolada, a tabela sofria reajuste automático por um indexador, a Ufir (Unidade Fiscal de Referência).

Foi no segundo ano do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que a atualização anual deixou de ser feita. A partir da gestão tucana, a correção passou a ser feita de maneira inconstante, como em 2002 e, nos governos do PT, entre 2005 e 2015 - último ano em que houve reajuste (Nathalia Garcia, da Folhapress).

**Site: [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-8856638da4354266a53ba0fe9aef68dd.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-8856638da4354266a53ba0fe9aef68dd.pdf)**

# Receita Federal alerta para golpes aplicados via internet

DA REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL

A **Receita Federal** divulgou um alerta sobre golpes que têm sido aplicados via internet, nos quais o nome da Receita e de suas alfândegas têm sido usados em anúncios de vendas de produtos a preços muito abaixo do mercado. Em nota, o fisco informa que os estelionatários responsáveis por esses golpes de e-commerce usam de anúncios pagos para enganar os consumidores.

No conteúdo de falsas propagandas, os criminosos "usam de forma ilícita o nome das unidades da **Receita Federal** responsáveis pelas atividades de controle aduaneiro" (as alfândegas), na tentativa de simular veracidade na aplicação do golpe, informa. A **Receita Federal** esclarece que nem ela nem as alfândegas comercializam qualquer tipo de mercadoria.

"Essas unidades são responsáveis por gerir e executar atividades de controle aduaneiro, de atendimento e orientação ao cidadão e as relativas ao combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive à contrafação, à pirataria, ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ao tráfico internacional de armas de fogo e munições e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observadas as competências específicas de outros órgãos".

Emprego, FGTS e PIX

Os golpes aplicados na internet, via celular ou mensagens de texto, mas sobretudo nas redes sociais, são cada vez mais comuns. Por meio deles, criminosos tentam roubar informações diversas, como número de telefone, documentação e até mesmo dados bancários.

As ações espalham conteúdos suspeitos, como ofertas de emprego, promoções, fake News e sorteio, com o intuito de obter informações privilegiadas.

O mais comum é ocorrer por meio de telefone celular, com criminosos disparando mensagem por SMS ou WhatsApp convidando o usuário para um suposto emprego de meio período. Se passando por recrutadores de grandes empresas, oferecem remuneração diária com valor elevado.

O link suspeito pode enviar a vítima para uma outra conversa, na qual é pedido uma quantia para pagar um "curso preparatório" para o trabalho. Segundo a plataforma TechTudo, para se proteger o ideal é desconfiar de trabalhos que não chegue por canais oficiais e não clicar em links suspeitos.

Para a fraude com FGTS é usado o método de phishing, que direciona a pessoa para uma página falsa de um site "oficial". Lá, o internauta encontra itens em promoção que podem ser comprados com o saque do FGTS. Para finalizar a transação, o indivíduo precisa cadastrar dados pessoais. Com os dados, os golpistas podem acessar o aplicativo do Caixa Tem e resgatar o dinheiro.

Já o golpe do Pix pode ocorrer por meio da clonagem do WhatsApp, com os criminosos pedindo dinheiro para os familiares, amigos e conhecidos da vítima. Em outro caso, o criminoso pode ligar ou enviar mensagem para a vítima se passando por um banco e, assim, solicitar regularização ou cadastramento de chaves do sistema Pix. Com isso, eles têm acesso à conta da vítima.

Promoção e sorteio

Nesse golpe, os criminosos usam marcas e empresas conhecidas para poder transmitir "credibilidade". Eles divulgam um brinde exclusivo via link que, ao ser acessado, pode levar o usuário a cadastrar informações pessoais e bancárias sem que se dê conta de que está caindo em uma armadilha.

Site:

[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_FA CFDE1387FB4D42DEF5244E1AB69BDE77BF938679C13 32B3DA9A9453CE6D2FE3E750F1FC69AC80B01EA64C70 739912810432D4C7CA9D00A69D7D7E79B848EBA785F7 C460F6822C3CB0048C792FCB4A0DEFEC5ED410370F12 6DBC75B4903150AB1AAC7FBDBB44D88124BB59E45CC 4CD2F7B8D934D5B42F338B435](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_FA CFDE1387FB4D42DEF5244E1AB69BDE77BF938679C13 32B3DA9A9453CE6D2FE3E750F1FC69AC80B01EA64C70 739912810432D4C7CA9D00A69D7D7E79B848EBA785F7 C460F6822C3CB0048C792FCB4A0DEFEC5ED410370F12 6DBC75B4903150AB1AAC7FBDBB44D88124BB59E45CC 4CD2F7B8D934D5B42F338B435)

# Economia descarta unificação de tributos para indústria

**ANTONIO TEMÓTEO BRASÍLIA**

A unificação de datas para o pagamento de contribuições e **impostos** federais por empresas em uma só guia não deve sair do papel. Técnicos da equipe econômica informaram ao Estadão/Broadcast que a proposta em estudo poderia atrapalhar o fluxo de transferências de recursos para Estados e municípios, além de ser interpretada pelos órgãos de controle como uma pedalada fiscal.

Hoje, as empresas têm de gerenciar seis **tributos** federais com diferentes datas de apuração e pagamento.

A demanda chegou ao Ministério da Economia por meio da Coalizão da Indústria, grupo de empresários que se reúne mensalmente com o ministro Paulo Guedes. O pedido dos empresários era para que os **tributos** federais fossem unificados em uma guia única, a ser paga no último dia útil de cada mês, como forma de reduzir o custo com burocracia e custos tributários.

No entanto, os técnicos do Tesouro e da área de Orçamento argumentaram que isso não seria possível porque, pelas regras em vigor, é necessário transferir parte da arrecadação para Estados e municípios dentro do mesmo mês.

Em virtude disso, os técnicos estudavam qual o último dia possível para o vencimento que permitiria a repartição dentro do mesmo mês, como determina a legislação. Como não se chegou a um consenso, o estudo foi interrompido.

A proposta previa que, em uma única guia, os empresários conseguiriam pagar o PIS/Cofins, o IPI e o IR/CSLL, além de contribuições ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A equipe econômica esperava tirar o projeto do papel no segundo semestre.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O que esperar da reforma tributária (Artigo)

Se tudo correr bem, até o começo de 2023, o Brasil já disporá de um sistema tributário mais transparente, menos escorchanto e capaz de simplificar o processo de arrecadação, com a aprovação pelo Congresso Nacional de uma das duas propostas de reforma que se encontram sob análise: a proposta de emenda à Constituição (PEC) 110/2019 e o projeto de lei (PL) 3887/2020. Ou com a incorporação numa das propostas de algumas das sugestões que se apresentam na outra.

A PEC 110 simplifica os **tributos** que incidem sobre consumo e produção, ao criar o modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA), além de instituir um IVA federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que reuniria **impostos** arrecadados pela União, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), e um IVA subnacional, o Imposto sobre Bens e Serviços, que juntaria **impostos** arrecadados por estados e municípios, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS).

Uma das vantagens do IVA federal seria acabar com a cobrança em cascata, como acontece com o PIS/Cofins, que atualmente é cobrado em cada etapa da produção. Com o IVA, a intenção é evitar que haja várias cobranças ao longo da produção, mantendo uma alíquota final única. Outra vantagem prevista na PEC 110 é que ficará mais fácil saber quanto será pago de imposto em cada compra. O que se espera é que, a partir daí, os bens e serviços consumidos pela população de menor renda sofram menos taxas.

Já o PL 3887, apresentado pelo Ministério da Economia, propõe a substituição da PIS/Cofins por um novo tributo, a CBS. Nesse contexto, o estudo busca definir qual alíquota do novo tributo será neutra, em termos de arrecadação, e quais os impactos sobre os setores da economia causados pela criação da CBS. O PL 3887, que não prevê alteração no Simples Nacional, estabelece alíquota de 12% para a CBS, o que significará o fim do cumulativo dos **impostos** federais. O PL pretende ainda unificar **tributos**, como o IPI, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), além de baixar as tributações de empresas, retirar as deduções para as pessoas físicas e diminuir alíquotas.

Compatibilizar todas essas sugestões e estabelecer

uma legislação mais justa que promova um sistema tributário eficiente é o que se espera do Congresso, pois só assim será possível aumentar a competitividade das empresas e acelerar o ritmo de crescimento econômico, gerando emprego e renda para a população.

Ivone Maria da Silva é conselheira no Conselho Regional de Economia de Goiás (Corecon-GO) e conselheira classista no Conselho Administrativo Tributário de Goiás (CAT-GO)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/20-julho-2022/10-caderno>

# Eduardo Bismarck propõe pagamento do seguro-desemprego para trabalhadores do limbo previdenciário

O deputado federal Eduardo Bismarck (PDT-CE) apresentou um projeto de lei propondo o pagamento do seguro-desemprego para trabalhadores no limbo previdenciário - quando o beneficiário do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) encerra o período de recebimento do auxílio, mas ainda não está apto a retomar o trabalho. A medida altera a Lei nº 7.998 de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Ao encerrar o prazo do auxílio e receber a determinação de retorno ao emprego, os profissionais devem passar pelo médico do trabalho da empresa que, por muitas vezes, sustenta a incapacidade do retorno. "Essa situação é de extrema vulnerabilidade e delicadeza. Afinal, sem recebimento de benefícios previdenciários e tampouco do salário, como essas pessoas podem garantir seu sustento? Além do fato de precisar cuidar da saúde", defende. Bismarck ainda acrescenta que desamparar um trabalhador quando ele necessita é desumano e atenta contra o princípio de dignidade da pessoa humana.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/20-07-2022-edicao24357/>

# Gasolina pode cair R\$ 0,15 nos postos a partir desta quarta-feira

**Fernanda Strickland, João Gabriel Freitas\***

A Petrobras anunciou ontem uma redução de 4,92% no preço médio da gasolina vendida nas refinarias. A partir de hoje, o preço do litro entregue às distribuidoras passará de R\$ 4,06 para R\$ 3,86, uma redução de R\$ 0,20 por litro. Entretanto, o reajuste não garante baixa no valor final ao consumidor. O montante que chega ao bolso da população depende das distribuidoras e ainda dos postos que comercializam o combustível, que têm liberdade de fixar os preços.

Em nota, a Petrobras informou que, considerando a mistura vendida ao consumidor ? 73% de gasolina e 23% de etanol ? a participação da estatal no preço final nas bombas cairá de R\$ 2,96, em média, para R\$ 2,81 a cada litro vendido nos postos, ou seja, R\$ 0,15 a menos.

O último reajuste da gasolina feito pela companhia foi em 17 de junho, quando o preço médio do litro subiu 5,18%. Esta é a primeira baixa desde dezembro de 2021. Desde então, o mercado internacional elevou as cotações dos combustíveis a níveis muito altos. Também é a primeira mudança no preço da gasolina realizada na gestão de Caio Paes de Andrade, que assumiu a presidência da empresa, no fim de junho, por indicação do presidente Jair Bolsonaro (PL), com o objetivo de frear novos aumentos.

## Mercado global

Na nota em que explica a alteração, a estatal informou que a redução acompanha a evolução dos preços internacionais de referência, que se estabilizaram em patamar inferior para a gasolina. "É coerente com a prática de preços da Petrobras, que busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado global, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio", informou a petroleira. O preço do diesel não foi citado pela companhia.

Especialistas apontaram que a decisão segue a redução das cotações globais do petróleo. Na sexta-feira, o barril de Brent atingiu o menor valor desde o início do conflito na Ucrânia, US\$ 95 (R\$ 518), e fechou com leve queda de 0,47%.

O presidente executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, afirmou que a Petrobras não errou ao diminuir os preços da gasolina. "De fato, os preços praticados pela estatal estão corretos. Foi bastante coerente essa redução", disse.

A redução dos combustíveis é um dos temas mais debatidos pelo Congresso e pelo governo federal neste ano. Para o economista da FGV Maurício Canêdo, a queda não é resultado da pressão do governo sobre a Petrobras. "É um movimento de adequação ao mercado internacional. O petróleo e os derivados caíram, se estabilizando num patamar mais baixo", explicou.

Paulo Tavares, presidente do Sindicato de Comércio Varejista de Combustíveis do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), concordou que a redução segue a situação internacional. Porém, destacou que o reajuste de preços deveria ter acontecido antes se fosse orientado apenas por forças do mercado.

"O mercado pedia por um reajuste positivo maior e a Petrobras não subia. Agora que o petróleo caiu, eles reduziram, de forma correta. Mas por que não subiram antes? Isso vai contra a política de seguir o mercado internacional. O governo deixou claro que não deixaria os preços subirem, principalmente em ano eleitoral. Tanto que trocou duas vezes de presidente e trocaria quantas vezes fosse necessário para evitar novas altas", ressaltou Paulo Tavares.

## Corte de **impostos**

O consumidor convive há três semanas com a baixa dos combustíveis nas bombas, desde a lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), em junho, que limitou a 18% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre esses produtos. Após a medida, o preço médio da gasolina no país caiu de R\$ 7,39 para R\$ 6,07, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP). A redução nas refinarias deve empurrar o valor ainda mais para baixo.

O preço do diesel também foi afetado pela nova lei, mas em proporção bem menor que o da gasolina, pois o produto já tinha sido isento de **impostos** federais e a tributação estadual era menor. Com os cortes tributários, o derivado caiu apenas 1,2%.

Sérgio Araújo acredita que os preços do diesel só não tiveram redução devido à volatilidade das cotações do produto. "A volatilidade do diesel é bem maior do que a da gasolina, então, acredito que, por isso, o preço possa não ter caído", afirmou o presidente executivo da Abicom.

# Debate com presidenciáveis

**fernanda sTRICKLAND**

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Instituto Unesc), que representa a organização político institucional do setor de comércio e serviços, promoverá na próxima semana a "Agenda Unecs: Diálogo com candidatos à Presidência da República", para questionar os presidenciáveis sobre os planos que têm para o setor.

O encontro vai acontecer em 30 de agosto, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília. O Instituto tem como objetivo defender os interesses do setor, contribuindo para o debate, o intercâmbio de ideias e o fortalecimento dos segmentos que, juntos, representam 73% do **PIB** do Brasil.

José César da Costa, presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), destacou a importância do evento.

"Quando se mexe com varejo, movimenta-se toda a economia de um país. Então, queremos saber se teremos segurança jurídica para continuar investindo, como sempre fizemos, até por sermos o maior setor gerador de emprego e renda do país", explicou.

Em 2018, o Instituto Unesc fez o mesmo debate, que, de acordo com Costa, gerou muitos benefícios.

"Foi muito positivo, tanto é que o Brasil, mesmo depois de uma pandemia, teve um crescimento no setor comércio e de serviços", disse Costa.

O presidente ressalta, ainda, a necessidade de diálogo entre governo e empresários. "Qualquer que seja o eleito, temos que manter essa virtude estarmos juntos.

Esperamos que o próximo presidente mantenha a contato que já temos hoje em dia", afirmou.

O debate será a partir de temas abordados pelos presidentes das entidades que compõem o Instituto Unecs. Cada candidato terá 45 minutos para comentar assuntos relevantes para o setor. Ao final de cada apresentação, eles receberão um documento com as principais demandas das entidades do setor.

O Instituto Unecs congrega oito entidades, presentes em todo o país: Associação Brasileira de Supermercados (Abas); Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad); Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel);

Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce); Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (Afrac); Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco); Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

# Candidato à Presidência poderá gastar R\$ 88,9 mi

**SAMANTHA KLEIN** *samantha.klein@rdgaucha.com.br*  
**RBS BRASÍLIA**

em 13 de setembro.

**Site:** <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fixou, ontem, os limites de gastos para as campanhas eleitorais deste ano.

No primeiro turno, os candidatos à Presidência da República poderão gastar até R\$ 88,9 milhões. Já no segundo turno, serão R\$ 44,4 milhões.

Há quatro anos, os candidatos ao cargo puderam gastar no máximo R\$ 70 milhões e R\$ 35 milhões, em primeiro e segundo turnos, respectivamente.

Os valores constam na portaria nº 647 do TSE e correspondem ao montante adotado nas eleições de 2018, com acréscimo da **inflação** do período - a referência é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os gastos de candidatos a governador e senador variam conforme os Estados, proporcionalmente ao número de eleitores. No Rio Grande do Sul, os concorrentes ao Palácio Piratini poderão utilizar até R\$ 11,5 milhões no primeiro turno e, em caso de segundo turno, mais R\$ 5,7 milhões.

Candidatos a senador poderão despende até R\$ 4,4 milhões. Os postulantes a uma cadeira na Assembleia Legislativa poderão gastar até R\$ 1,2 milhão, cerca de R\$ 200 mil a mais do que podiam utilizar há quatro anos.

O teto de gasto de campanha para os candidatos à Câmara dos Deputados será de R\$ 3,2 milhões - em 2018, o valor máximo havia sido R\$ 2,5 milhões.

## Contas

Os gastos máximos deveriam ter sido definidos pelo Congresso um ano antes das eleições, mas os parlamentares não chegaram a um acordo.

Assim, o TSE decidiu pela manutenção dos valores de 2018 com correção inflacionária. As campanhas começam no dia 16 de agosto e todos os gastos precisam ser registrados na Justiça Eleitoral. A prestação de contas parcial das candidaturas começa

# Mercado financeiro prevê inflação de 7,54% em 2022

## **Agência Brasil**

O mercado financeiro reduziu, pela terceira semana consecutiva, a expectativa para os índices inflacionários projetados para 2022. De acordo com o Boletim Focus, divulgado na segunda-feira(18), em Brasília, pelo Banco Central, o ano deve fechar com o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 7,54%. O IPC A é a **inflação** oficial do país. Na semana passada, a previsão era de uma **inflação** de 7,67%; e há quatro semanas, as projeções estavam em 8,27%.

Para 2023, a previsão de **inflação** aumentou agora de 5,09% para 5,20%. É a 15ª semana seguida de previsões de alta deste índice. Há quatro semanas, estimava-se **inflação** de 4,83% para o próximo ano. Para os anos de 2024 e 2025 não há diferenças nas estimativas inflacionárias: 3,3% e 3%, respectivamente.

## **PIB** tem alta

Pela terceira semana seguida, as estimativas para o Produto Interno Bruto (**PIB**, a soma dos bens e dos serviços produzidos no país) apresentam alta. Na semana passada, a estimativa era de um crescimento de 1,59% em 2022, índice que subiu para 1,75% nesta semana. Há quatro semanas, o mercado financeiro projetava um **PIB** de 1,5% para o mesmo ano.

Não houve alterações nas projeções de **PIB** para 2023, 2024 e 2025, na comparação com os índices apresentados na semana passada. Para 2023, a expectativa é de um **PIB** de 0,5%. Em 2024, a projeção se mantém em 1,8%; e para 2025, em 2%.

## Taxa de juros

O mercado financeiro manteve estável, pela quarta semana consecutiva, a projeção para a taxa básica de juros (Selic) de 2022, que deve fechar o ano em 13,75%. Para 2023, são previstos 10,75%, percentual acima do projetado há uma semana (10,5%).

Há quatro semanas, a previsão era de que 2023 fecharia com uma Selic de 10,25%. Para 2024 e 2025, a previsão se manteve estável: 8% e 7,5%, respectivamente.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=121951#page/8>**

# Ibovespa registra a terceira alta seguida

São Paulo - O Ibovespa fechou ontem em alta de mais de 1%, beneficiado pela performance positiva das bolsas norte-americanas e com Embraer entre os maiores ganhos após encomendas da ordem de US\$ 2,68 bilhões.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 1,37%, a 98.244,80 pontos, cravando a terceira alta consecutiva. O volume financeiro totalizou R\$ 18,7 bilhões.

Nos Estados Unidos, o S P 500 avançou 2,76%, com a temporada de balanços corporativos mostrando resultados acima das expectativas do mercado e proporcionando algum alívio nos temores sobre o efeito da **inflação** nos lucros das companhias.

Para o gestor Daniel Alberini, sócio na CTM Investimentos, a trégua global na valorização do dólar também corroborou o apetite a risco, assim como notícias mais positivas envolvendo o fornecimento de gás russo para a Europa.

No Brasil, a pauta macroeconômica não trouxe novidades relevantes, enquanto a cena corporativa deve ocupar os holofotes nos próximos pregões, com Weg abrindo a safra de resultados das empresas do Ibovespa na quarta-feira.

Alberini afirmou estar otimista para a temporada, citando que a atividade econômica no País tem surpreendido do lado positivo, enquanto as companhias fizeram ajustes relevantes do lado de custos que devem compensar os efeitos de juros maiores.

Os estrangeiros compraram em termos líquidos o equivalente a US\$ 2,15 bilhões em derivativos de taxa de câmbio na bolsa brasileira em julho até último dia 18, período marcado pela força global da moeda norte-americana em meio à escalada de temores de recessão mundial. Os dados são da B3 e incluem compras e vendas de contratos de dólar futuro, cupom cambial e swap cambial com ajuste.

Mantido o ritmo, julho será o quinto mês em que os investidores não residentes adicionam à sua carteira posições que ganham com a valorização do dólar, indicativo de que veem ficar comprado na moeda neste momento como um seguro diante das incertezas gerais. No saldo do ano, as compras líquidas somam US\$ 5,30 bilhões.

Moeda norte-americana - O dólar fechou apenas em leve queda ontem, defendendo a linha dos R\$ 5,40 e anulando quase toda a baixa de mais cedo, conforme a moeda norte-americana também deixou as mínimas do dia ante rivais no exterior, numa evidência do sentimento ainda inclinado a ativos seguros.

O dólar à vista caiu 0,12%, a R\$ 5,4195 na venda, bem distante do patamar de R\$ 5,3656 de mais cedo, quando recuou 1,11%. Na máxima, foi a R\$ 5,4323, alta de 0,12%.

O dólar saiu das mínimas também contra alguns pares do real e inclusive se fortalecia ante peso mexicano, lira turca e peso colombiano, enquanto ainda caía em comparação à moeda do Chile e ao rand sul-africano.

Apesar do pregão mais positivo nas praças acionárias - o Ibovespa subiu mais de 1% e Wall Street teve um rali --, investidores em moedas emergentes ainda ficaram sob cautela à espera de várias decisões de política monetária em mercados centrais.

Amanhã, por exemplo os BCs da zona do euro e do Japão informarão suas decisões de juros, com expectativa de que na Europa a taxa seja elevada pela primeira vez em cerca de uma década.

Já na semana que vem o foco total se voltará para o banco central norte-americano, que deve seguir elevando a taxa a um incomum ritmo de 0,75 ponto percentual para frear uma **inflação** que insiste em se manter nos picos em cerca de 40 anos.

Juros mais altos no mundo desenvolvido reforçam a atração de capital para moedas como dólar e euro em detrimento de divisas emergentes, como o real. O euro, por sinal, subiu 0,8% ontem, alcançando US\$ 1,02. "Acho que as pressões que elevaram o dólar não parecem estar perto de ir embora", disse o economista Luca Mercadante, da Rio Bravo. "E o que temos para frente é mais incerteza", completou.

Pessimismo - Investidores estão mais pessimistas em relação aos ativos brasileiros, citando fatores externos como os principais riscos de cauda para o mercado doméstico, mas também preocupados com o cenário fiscal do País e atentos à eleição presidencial, segundo pesquisa do BofA Securities divulgada ontem.

Dois terços dos consultados esperam o Ibovespa entre 95 mil e 100 mil pontos no fim do ano, contra previsão

entre 110 mil e 130 mil no mês passado.

O setor financeiro é o segmento mais 'overweight', enquanto a alocação em commodities diminuiu. Apenas 16% afirmaram estar 'overweight' em matérias-primas (de 32% no mês passado) e apenas 26% em energia (de 52% na pesquisa anterior). O consumo discricionário continuava sendo o setor mais 'underweight'.

Para a taxa de câmbio, o real é esperado entre R\$ 5,1 e R\$ 5,4 por dólar, de R\$ 4,8 a R\$ 5,1 por dólar anteriormente.

Agora, 71% esperam um dólar mais forte em 2022, contra 35% na pesquisa de junho. No caso da taxa Selic, a maioria dos entrevistados espera que fique entre 13,5% e 13,75% ao ano.

No cenário externo, os principais riscos seriam o movimento dos juros nos Estados Unidos, a desaceleração da economia norte-americana e eventos na China que possam afetar os preços das commodities.

Do lado político brasileiro, a pesquisa mostrou que 40% dos investidores pesquisados se preocupam com os planos fiscais após as eleições, uma vez que os dois principais candidatos vêm falando sobre mudanças no teto de gastos, enquanto 45% já estão preocupados com a situação das contas públicas no curto prazo. A maioria dos consultados na pesquisa espera que o mercado reaja às pesquisas eleitorais.

O levantamento considera a visão de 31 participantes, com aproximadamente US\$ 47 bilhões em ativos sob gestão.

(Reuters)

# Inflação acumulada desde o Plano Real chega a 653%

**Lucas Bombana**

Desde o lançamento do Plano Real, em julho de 1994, a **inflação** acumulada no país alcançou a marca de 653%, segundo levantamento do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, que considera a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Com a corrosão do poder de compra provocado pela **inflação** ao longo desses 28 anos, a nota de R\$ 100 compra hoje o mesmo que seria possível comprar com R\$ 13,91 em 1994, descontada a **inflação**. Ainda segundo o economista, ao fazer o cálculo inverso, os mesmos R\$ 100, em julho de 1994, corresponderiam a cerca de R\$ 748 hoje. No mesmo intervalo, o salário mínimo saiu de R\$ 64,79 para os atuais R\$ 1.212, uma alta de aproximadamente 1.770%.

"Por mais que a gente tenha observado uma escalada dos preços nos últimos 28 anos, de forma geral, o salário mínimo também cresceu nesse período. O problema é que nos últimos dois, três anos, o brasileiro vem perdendo poder de compra dos dois lados, com uma recomposição da renda insuficiente para compensar a alta dos preços de itens básicos", diz o economista da LCA. Imaizumi acrescenta que o quadro atual tem levado a situações de compras de produtos de pior qualidade, principalmente por parte da população de menor poder aquisitivo.

Ele lembra ainda que, em um cenário de juros e **inflação** elevados e com uma atividade econômica com dificuldades para engatar, a quantidade de pessoas com as contas em atraso tem alcançado patamares recordes.

**Site:**

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16810>

# Índice de inadimplência no país é recorde (Artigo)

**Valmir Falcão**

O Brasil alcançou o maior número de inadimplentes desde o início da série histórica feita pelo Serasa, desde 2016. São atualmente 66,6 milhões de pessoas que estão com os nomes negativados por dívidas. Os dados são da Serasa Experian, referente ao mês de maio deste ano, representam um aumento de quatro milhões de nomes negativados (6,3%).

Já em relação a abril de 2022, mais de meio milhão de pessoas entraram no cadastro, a maioria das dívidas é com o segmento de bancos e cartões, que representa 28,2% do total. Depois aparecem as contas essenciais como água, luz e gás, com 22,7%. Na sequência estão os setores de varejo e financeiras (12,5 cada), serviços (10,8%), telefonia (7,1%) e seguradoras (2,2%).

O que causou? Uma das causas é a situação econômica do país, com instabilidade, **inflação** em ritmo crescente, taxa de juros e os níveis de desemprego em alta, em que pese ter havido situações de dinamizar a economia, como o saque extraordinário do FGTS, de R\$ 1 mil, uma vez que, houve um direcionamento para ajudar os negativados a limpar o nome.

Os dados apontam também que a faixa etária mais jovem (18 a 25 anos) foi a que mais cresceu em inadimplência, na comparação entre maio de 2021 e maio de 2022. A alta foi de 10,75%, passando de 7,73 milhões para 8,56 milhões de negativados. Já os números de idosos (60 anos ou mais) também teve aumento significativo nesta faixa, em maio do ano passado eram 10,6 milhões de inadimplentes, no quinto mês deste ano o aumento foi de 8,3% alcançando 11,49 milhões de pessoas.

Economistas explicam que os jovens e os idosos estão deixando de pagar contas porque são mais vulneráveis e sentem mais o peso da **inflação**. Os mais novos por que estão em busca de emprego ou ganham pouco no início de suas carreiras, enquanto no caso dos mais velhos, despesas com alimentação e medicamentos tem impacto significativo nos gastos mensais. Apesar destas duas faixas etárias terem sido as mais impactadas no último levantamento divulgado, o maior número absoluto de inadimplentes é entre as pessoas de 26 a 40 anos. São 23,6 milhões de

negativados neste grupo etário.

Com disciplina e organização é possível colocar as contas em dia, com mudanças de comportamento e consumo, renegociando suas dívidas, em especial as que tenha incidência de juros, elaborando planilhas, contabilizando as despesas e receitas detalhando as condições de pagamento para as dívidas e, portanto, resistindo aos impulsos para novas compras.

Valmir Martins Falcão Sobrinho Economista e Advogado

**Site:** <https://odia.presslab.com.br/>